

Consórcio Setentrional de Educação a Distância
Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás
Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

MARIA DAS GRAÇAS GOMES DE SOUZA

Brasília
2011

MARIA DAS GRAÇAS GOMES DE SOUZA

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Monografia apresentada, como exigência parcial para a obtenção do grau pelo Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás no curso de Licenciatura em Biologia a distância.

Brasília
2011

MARIA DAS GRAÇAS GOMES DE SOUZA

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia do Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás.

Aprovado em 11 de junho de 2011

Prof. Esp. Lívio Dantas Carneiro
Nome da Instituição

Orientador

Prof. ou Profa. Título (Dr, Ms, Esp) Nome do avaliador(a)
Nome da Instituição

Avaliador I

Prof. ou Profa. Título (Dr, Ms, Esp) Nome do avaliador(a)
Nome da Instituição

Avaliador II

Brasília
2011

Ao meu esposo Alexandre Maia.

Aos meus filhos, Thiago Maurício, Mariana e Thaís Maia.

Ao meu neto Arthur Máximo e

Aos meus pais (*in memoriam*), Geraldo e Dulce.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores e coordenadores que fizeram parte do corpo docente da UNB.

Ao meu querido esposo Alexandre Maia, pelo amor, incentivo, companheirismo e paciência em todos os momentos.

Aos meus pais (*in memorian*), Geraldo e Dulce, pela oportunidade dada a mim de estar neste mundo e neste caminho, sempre estiveram apoiando e incentivando carinhosamente a prosseguir.

À minha filha amada Thaís Maia, pela amizade, cuidado e carinho que disponibilizou a me ajudar em todos os momentos que precisei.

Aos colegas Herivelton, Rute, Marineide e Maqcilene, pela pronta ajuda sempre que necessário.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. E agradeço a Deus, que me concedeu a realizar este curso. Agradeço aos mentores e protetores espirituais que estiveram ao meu lado durante este percurso.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
1. Históricos.....	10
1.1 Movimentos sociais e a Educação Ambiental.....	14
2. Problemas Ambientais Contemporâneos	21
3. Conclusão.....	23
4. Referências.....	25

LISTA DE SIGLAS

CIEA - Conferência Internacional em Educação Ambiental

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Visando a preocupação dos seres humanos em reverter os efeitos maléficos e as interferências que causam sobre o meio ambiente, foram sendo aprimorados os conceitos e definições ao longo da história da Educação Ambiental. Diante dessa questão, a pesquisa teve como objetivo buscar subsídios para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental voltada para formação e conscientização das pessoas do meio, quanto à responsabilidade socioambiental, tornando-se capazes de construir competências e atitudes que sejam possíveis lutar por um desenvolvimento responsável quanto à preservação ambiental.

Palavra-chave – Educação Ambiental, Meio Ambiente, Preservação Ambiental.

INTRODUÇÃO

Devido à falta de respeito das pessoas que agem direta ou indiretamente na qualidade do ambiente em que vivemos, faz-se necessário se unir (como professores, associações, empresários e a população em geral) e abraçar a causa, tornando-se Educadores Ambientais.

Nessa união é preciso para evitar que as pessoas vejam o seu entorno físico e biológico, não como um espaço simples ocupado irracionalmente, mas como um bem comum que temos e devemos usufruir racionalmente, sem causar danos à natureza e à saúde de todos os seres vivos que dela se utilizam para sobreviver.

Diante dos esforços de pessoas que lutam pela causa, já é possível observar mudanças de uma parte da população em relação às leis que regulam o uso indiscriminado da natureza. Por isso pode se deduzir que num futuro bem próximo, essas mesmas leis que hoje punem, possam ser usadas como auxílio para quem precisar se beneficiar de seus recursos naturais, sem dar nada em troca.

A Educação Ambiental, ao longo de sua história, recebeu definições que foram sendo aprimoradas. Os seres humanos já percebem os efeitos maléficos de suas interferências sobre o meio em que vivem e tentam mudar tal situação, demonstrando pelo menos que estão praticando a Educação Ambiental.

Partindo desse pressuposto, este artigo tem como objetivo principal mostrar e conscientizar sobre a importância da Educação Ambiental para a humanidade. Para tanto, o artigo foi dividido em duas partes, com uma conclusão final. Uma em que se relata o surgimento da Educação Ambiental e os impactos causados a natureza pela espécie humana.

Outra em que são apresentados movimentos sociais e a Educação Ambiental. Na conclusão é apresentado o desdobramento que apontam para uma mudança comportamental que conduza a uma transformação de valores que alcancem à sociedade como um todo.

1. Históricos

A Educação Ambiental é praticada desde os mais remotos tempos, mas o termo educação ambiental é bem recente, tendo surgido por volta da década de 70.

REIGOTA (2009), em seu livro “O que é Educação Ambiental”, caracteriza a Educação Ambiental como uma educação política, visto que a mesma está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos na busca de soluções e alternativas que permita uma convivência digna e voltada para o bem comum.

A sobrevivência do homem primitivo era diretamente ligada ao meio ambiente, pois era por meio dela que os seres humanos conseguiam tirar o seu sustento. Assim, todos os conhecimentos e cuidados com o meio ambiente eram transmitidos para os filhos e, de geração em geração, implicitamente praticava-se aquilo que contemporaneamente chamamos de Educação Ambiental.

Nessa perspectiva, KRUGER (2001), afirma que o homem interage com a natureza desde os primórdios da humanidade, assim, “entre 50 e 40 mil anos atrás a natureza dominava o homem. Com o surgimento da agricultura (10 mil anos atrás) o homem passa lentamente a inverter tal relação”.

Num primeiro momento, o homem é tido como refém das grandes florestas e matas, pois não tinha o conhecimento de seus frutos, dos animais que a habitavam, das plantas medicinais, das estações de seca e chuva etc. Ao moldar o homem,

No início dos tempos, quando os recursos naturais eram extraídos da natureza, o homem o fazia de forma parcimoniosa, apenas o necessário, sem desperdícios e os resíduos eram degradados e absorvidos por ela sem comprometer o meio ambiente, constituindo parte de um ciclo natural de decomposição. A percepção humana era extremamente desenvolvida, pois era essencial à sua sobrevivência, como na procura por alimentos e na sua proteção de animais e intempéries (KRÜGER, 2001).

Com o passar do tempo, o homem começa a ter um maior conhecimento do meio ambiente e, conseqüentemente, explorar seus recursos. As ciências evoluíram e os fenômenos naturais começam a ser compreendidos. Com isso, a relação homem-natureza passa por uma grande transformação, onde o homem pretendeu, por suas ações, submeter à natureza aos seus interesses.

De acordo com KRUGER (2001), ao se referir ao emprego da tecnologia, “um saber baseado em teoria e experimentação científica, não sendo possível separar nitidamente as duas”, aspecto que somente ocorre após a Revolução Industrial, no século XVIII. Há, neste momento histórico, a introdução de fundamentos científicos no uso das técnicas pelo homem, que, através da ciência, buscou a possibilidade de generalização e de seu uso sistemático na

transformação dos recursos naturais da terra. São justamente estes atributos de generalidade, utilização sistemática e inserção socioeconômica que criaram uma tecnologia.

Segundo ARAÚJO (2007), a questão da dominação da natureza, a partir de épocas tão remotas, pode ser exemplificada pelo controle da técnica da irrigação, cujo resultado foi sua domesticação pelas práticas da agricultura e a fixação dos homens em territórios propícios, originando o berço das antigas civilizações. É a partir daí que surge a concepção de domínio sobre a natureza, tendo em vista que a dominação da mesma significaria controlar algo de características inconstantes, imprevisíveis e instintivas. Considerando essa proposta de domínio, a natureza passa a assumir o papel de objeto a ser conquistado pelo sujeito, representada pelo homem.

O termo *sujeito* – atribuído orgulhosamente ao homem – apresenta, além do significado de ser ativo, dono de seu destino, a significação de um ser submetido a determinadas circunstâncias. Essa segunda conotação do termo é esquecida por influência da visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor de todas as coisas, fazendo assim com que se esqueça de que o termo *sujeito* pode significar tanto o ser que age como aquele que se submete. É lamentável a constatação que essa visão de natureza separada do homem é característica do pensamento dominante no mundo ocidental atual. (ARAÚJO, 2007).

Com o domínio da natureza, a forma de transmissão dos conhecimentos muda de vertente. Por não se sentir mais refém da natureza, o homem passa a buscar novas formas de domínio e exploração, e essas novas descobertas são transmitidas aos seus filhos, os quais as transmitirão aos seus netos, perpetuando tais formas de exploração da natureza.

Segundo SOAREZ DE OLIVEIRA (2002), nos primórdios da humanidade, existia o que se pode denominar de unicidade orgânica entre o homem e a natureza, sistema no qual o ritmo de trabalho e de vida dos homens acompanhava e se prostrava ao ritmo da natureza.

No contexto do modo de produção capitalista, sistema, acima exposto, tem seu vínculo característico rompido, já que a natureza, tida antes como um meio de subsistência do homem, agora passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia.

Ainda, de acordo com SOAREZ DE OLIVEIRA (2002), debaixo das leis e normas do capitalismo, o contato com os recursos pertencentes à natureza passa, necessariamente, pelas relações mercantis, uma vez que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua gratuidade natural. O próprio trabalhador neste processo de acumulação do capital encontra-se obrigado a fazer de sua força de trabalho mais uma mercadoria, sempre a serviço do próprio capital, em troca de um salário. Assim, o trabalho “que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído”.

No capitalismo, o capital passa a ser o responsável pela separação entre os homens e a natureza, através de seu processo de produção/reprodução e, dessa forma, impõe que o ritmo das atividades humanas não seja mais o mesmo da natureza, mas o do capital. O estimulado processo social de produção que domina a sociedade capitalista, cujas bases referenciais

encontram-se na produção de valores de uso, condiciona a força de trabalho e os meios de produção aos seus objetivos e desígnios, dando incentivo e impulso à utilização irracional dos recursos naturais, ao desperdício de matérias-primas, de energia e de trabalho, ocasionando, desta maneira, a degradação da natureza e a consequente “crise ecológica”, que tanto perturba os ambientalistas atualmente. (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002).

Dessa maneira, à medida que aumenta a capacidade de extração dos insumos da natureza, aumenta também a quantidade de matéria-prima transformada e, obviamente, de recursos naturais explorados, mas tudo isso é justificado, pois, somado a todo este desgaste, vem o que realmente interessa aos grandes capitalistas: o aumento do lucro.

Nessas condições, os bens, antes duradouros, passam cada vez mais a ter um aspecto descartável, de forma a promover o aumento do consumo. Essa cultura passa a ser tão enraizada que o grau de desenvolvimento de uma sociedade ou nação passa inclusive a ser avaliado pela quantidade de lixo não orgânico produzido. Quanto mais elementos descartáveis, não orgânicos, o lixo contiver, mais aquela sociedade é considerada desenvolvida economicamente, contribuindo, paradoxalmente, para maior degradação do planeta. (KRÜGER, 2001).

É este contexto capitalista de desenvolvimento acelerado de tecnologias para o aumento desenfreado de produção, consumo e lucro que trouxe à sociedade contemporânea o panorama catastrófico no qual se encontra. Uma mobilização de ambientalistas e profissionais preocupados com o futuro da humanidade, os quais levam em conta a característica finita dos recursos naturais não renováveis, busca novas formas de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade das ações antrópicas em relação à natureza. (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002).

Segundo relatório da UNESCO (1997), a humanidade está tomando consciência da envergadura desses danos e destruições. Começa-se a avaliar as consequências das catástrofes ocorridas e aquelas que poderão vir.

Nesse contexto, até que se chegasse a uma conscientização de que o homem precisava interagir com a natureza de forma proveitosa e menos degradante, muitos desastres ambientais já haviam acontecido. Agora, era preciso mudar a forma do homem se relacionar com a natureza. Nessa ótica, não bastava apenas conhecer o meio ambiente, mas também, ensinar. Assim, urgia reestruturar e preservar, buscando minimizar os efeitos da ignorância no passado.

Para isso, foram surgindo vários movimentos sociais que, preocupados com a degradação ambiental, lutavam em prol de uma nova conscientização e maior empenho social na busca da preservação e recuperação do meio ambiente. Assim,

Episódios como a contaminação do ar em Londres e Nova York, entre 1952 e 1960, os casos fatais de intoxicação com mercúrio em Minamata e Niigata, entre 1953 e 1965, a diminuição da vida aquática em alguns dos grandes lagos norte-americanos, a morte de aves provocada pelos efeitos secundários e imprevistos do DDT e outros pesticidas, bem como a contaminação do mar provocada pelo petroleiro Torrey Canyon, em 1966, deram o alerta. (ARAÚJO, 2007).

Ante esse fatídico acontecimento nota-se que os efeitos provocados não dizem respeito apenas ao seu *loco*, mas que tais problemas transcendiam as fronteiras dos países e surgiam como resultado de grandes alterações nos processos ambientais regionais ou globais fruto de enormes impactos causados pela atividade humana. Nesse momento, ainda não se falava em educação ambiental, mas os problemas ambientais surgidos já demonstravam, claramente, a irracionalidade do modelo de exploração utilizado pelo homem.

Os impactos da espécie humana sobre o meio ambiente, na concepção de alguns cientistas, podem ser associados e comparados às grandes catástrofes do passado geológico da terra. Sob esse olhar, passou-se a entender que a humanidade precisa reconhecer que as agressões ao meio ambiente colocam em risco a sobrevivência de sua própria espécie. Esse quadro não é parte de um contexto nacional ou regional, e sim um problema que afeta diretamente a existência da humanidade como um todo. É a vida que se encontra em perigo. Não se pode conceber um ecossistema sem o homem e também é impossível pensar na humanidade sem algum ecossistema. (KRAEMER, 2004).

Estudar a história da educação ambiental, assim, é de extrema relevância para a completa compreensão dos esforços da humanidade, na busca do desenvolvimento sustentável e da compreensão da educação ambiental em países como o Brasil.

1.1 Movimentos Sociais e a Educação Ambiental

Diante desse quadro exposto acima, surgiram vários grupos de defensores e pacifistas ambientais que, conforme SANTOS (2005), buscaram discutir com o cidadão comum, com as autoridades e os meios de comunicação a responsabilidade de cada um deles diante das questões que envolviam a degradação do meio ambiente. Ao impulsionar a reflexão sobre o alcance da intervenção humana no planeta, inauguraram uma nova concepção de cidadania, na qual o homem é vinculado à complexa teia da vida. Um dos primeiros movimentos sociais a reverter esse quadro caótico em que se encontrava o meio ambiente foi à construção de uma nova ciência, denominada de Ecologia, isso tudo nas décadas de 60 e 70. Notou-se assim, que o conhecimento sobre o meio ambiente era insuficiente, e que qualquer decisão agora seria baseada nas descobertas da Ecologia e demais ciências afins. Sobre isso,

em 1864, ocorre o lançamento do livro “O Homem e a Natureza”, ou “Geografia Física Modificada pela Ação do Homem”, de autoria do norte-americano Georges Perkins Marsh. Cinco anos depois, o vocábulo “ecologia” é proposto por Ernst Haeckel para definir os estudos a serem realizados sobre as relações entre as espécies e seu ambiente. (ARAÚJO, 2007).

Em 1972 realizou-se a Conferência de Estocolmo, onde foi concebido o Plano de Ação Mundial e, em particular, foram dadas diretrizes para um Programa Internacional de Educação Ambiental que, segundo dispõe PEDRINI (1998) “pela primeira vez, a educação ambiental foi reconhecida como essencial para solucionar a crise ambiental internacional, enfatizando a priorização em reordenar suas necessidades básicas de sobrevivência na Terra”. Assim, PEDRINI (Ibidem) afirmava que

é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigido, seja às gerações jovens, seja aos adultos, o qual dê a devida atenção aos setores menos privilegiados da população, a fim de favorecer a formação de uma opinião pública bem informada e uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspiradas no sentido de sua responsabilidade com a proteção e melhoria do meio, em toda a sua dimensão humana.

Apesar da sua importância, esta conferência configurou-se mais como um ponto centralizado para identificar os problemas ambientais, do que um começo de ação para resolvê-los.

Em 1975, a UNESCO, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em resposta à recomendação 96 da Conferência de Estocolmo, sobre o Ambiente Humano, nomeia o desenvolvimento da Educação Ambiental como um dos elementos mais críticos para que se possa combater rapidamente a crise ambiental do mundo, e cria o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

É curioso notar que, de acordo com PEDRINI (1998), a UNESCO realizou estudos sobre educação ambiental, compreendendo-a como tema complexo e interdisciplinar. Nesse estudo sobre a relação entre meio ambiente e escola, realizado junto a seus países membros, a UNESCO entendeu que não se deve limitar a educação ambiental a uma disciplina específica no currículo escolar. Essa interpretação da eficácia da educação ambiental interdisciplinar acabou por influenciar, anos depois, a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei n.º 9.795/99, que no art. 10, §1º, dispõe: “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

Em 1975, é lançada a “Carta de Belgrado”, buscando uma estrutura global para a educação ambiental. A Carta, precipuamente constatou um crescimento econômico e um processo tecnológico sem precedentes, os quais, ao tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também sérias consequências ambientais e sociais. Assim, segundo PEDRINI (1998), esta carta preconizava uma nova ética planetária para promover a

erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humanas. PEDRINI censurava, ainda, o desenvolvimento de uma nação em prejuízo de outras.

A Carta de Belgrado entendeu como absolutamente vital que os cidadãos de todo o mundo insistissem a favor de medidas que dessem suporte ao tipo de crescimento econômico que não trouxesse repercussões prejudiciais às pessoas, bem como não diminuíssem, de nenhuma maneira, as condições de vida e de qualidade do meio ambiente, propondo uma nova ética global de desenvolvimento, através, dentre outros mecanismos, da reforma dos processos e sistemas educacionais (PEDRINI, 1998).

A Carta de Belgrado (1975) afirmava textualmente:

Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral.

Em outubro de 1977, em Tbilisi (URSS), acontece a Primeira Conferência Internacional em Educação Ambiental, que constitui o ponto culminante do Programa Internacional de Educação Ambiental, portanto, a segunda reunião internacional promovida pela UNESCO. Nessa conferência, definiram-se objetivos e estratégias, a nível nacional e internacional. Naquele instante, postulava-se que a Educação Ambiental fosse um elemento essencial para uma educação formal e não formal, da qual resultariam benefícios para a humanidade. (PEDRINI, 1998).

A Declaração de Tbilisi de 1977, a exemplo das manifestações internacionais anteriores, segundo dispõe PEDRINI (1998), também entendeu que a educação ambiental é o resultado da reorientação e compatibilidade de diferentes disciplinas e experiências educacionais que facilitam uma percepção integrada dos problemas ambientais, proporcionando capacitação para ações suficientes às necessidades socioambientais. Desse modo, definiu como objetivos da educação ambiental o seguinte:

- 1) fomentar plena consciência e preocupação sobre a interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas urbanas e rurais;
- 2) proporcionar, a cada pessoa, oportunidades de adquirir conhecimento, valores, atitudes, compromisso e habilidades necessários a proteger e melhorar o meio ambiente;

3) criar novos padrões de comportamento de indivíduos, grupos e sociedade como um todo em favor do ambiente (Declaração de Tbilisi de 1977, Apud. PEDRINI, 1998)

Foi nessa primeira conferência que se chegou à conclusão de que a educação deveria, simultaneamente, preocupar-se com a conscientização, a transmissão de informação, o desenvolvimento de hábitos e a promoção de valores, bem como o estabelecimento de critérios e orientações para a resolução de problemas.

Em 1987, realiza-se o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente, em Moscou, promovido pela UNESCO. No documento final, “Estratégia internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90”, ressaltava-se a necessidade de atender, prioritariamente, à formação de recursos humanos, nas áreas formais e não formais da Educação Ambiental, e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino. (PEDRINI, 1998).

Após longa discussão sobre a Globalização e a situação dos países do terceiro mundo e a relação destes com os países desenvolvidos, no que diz respeito à preservação ambiental, começou a ser preparada a Conferência Rio-92, cuja grande preocupação era os problemas ambientais globais e as questões do desenvolvimento sustentável. Nesse conclave, são lançados os desafios fundamentais para o próximo milênio.

Entre os vários documentos emanados dessa conferência, destaca-se a Agenda 21, que apresenta um plano de ação para o desenvolvimento sustentável dos vários países. De acordo com os preceitos desta agenda, deve-se promover, com a colaboração apropriada das organizações não governamentais, todo o tipo de programas educacionais centrados nos problemas locais, de forma a incentivar uma educação permanente sobre meio ambiente e desenvolvimento.

O capítulo 36 da Agenda 21, intitulado “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”, afirma:

O ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. Este capítulo formula propostas gerais, enquanto que as sugestões específicas relacionadas com as questões setoriais aparecem em outros capítulos. A Declaração e as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e o PNUMA e celebrada em 1977, ofereceram os princípios fundamentais para as propostas deste documento.

A Educação Ambiental pensada de acordo com os princípios da Agenda 21 engloba tanto a educação institucional como a informal, dando especial atenção àquela promovida pela sociedade civil organizada. A participação da sociedade civil na sistematização dos princípios da Educação ambiental no Brasil foi firmada durante a realização da Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental realizada em Brasília em 1997.

Segundo MEDINA, *et al*, (2001), a grande contribuição desses movimentos para a Educação Ambiental, não está no fato de tão-somente ensinar sobre a natureza, mas de educar “para” e “com” a natureza: para compreender e agir corretamente antes os grandes problemas das relações do homem com o ambiente, trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano na biosfera para a compreensão das complexas relações entre a sociedade e a natureza e dos processos históricos que condicionam os modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes grupos sociais.

Além de todos estes movimentos que corroboraram para uma conscientização do papel do homem na natureza e desta para com a humanidade, as inúmeras leis que surgiram ao longo do tempo, também foi fator determinante para paralisar qualquer prática nociva ao meio ambiente, tudo sobre o forte predomínio de sanções penais e administrativas.

Uma das primeiras leis que tratou desse assunto foi a de nº 6.938/81, que tratava da Política Nacional do Meio Ambiente, onde em seu artigo 2º aduzia que:

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

...

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Segundo PEDRINI (1998), esta lei foi um marco histórico na institucionalização da defesa da qualidade ambiental brasileira (apesar dos argumentos exageradamente antropocêntricos de sua justificação e dos quase dez anos de atraso em relação às recomendações da Conferência de Estocolmo).

Posteriormente, a Constituição da República de 1988 previu a educação ambiental como política pública assecuratória do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder

Público e à coletividade o dever de defendê-lo preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

...

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

E a crescente preocupação com o meio ambiente não parou por aí, inúmeras outras leis foram surgindo com o mesmo objetivo, qual seja: a preservação e conscientização sobre a importância do meio ambiente para a humanidade.

Todos esses movimentos querem dizer uma única coisa: que o homem continua a depender do meio ambiente para encontrar alimento, água e adaptar-se ao clima, e que estas razões são mais do que suficientes para que o homem seja, ele próprio, o guardião desse ambiente, protegendo-o dos ataques insensatos.

2. Problemas Ambientais Contemporâneos

Todos os desastres que têm acontecido com o meio ambiente são frutos do que o ser humano tem sido capaz de fazer, ou seja, modificar seu meio ambiente para adaptá-lo às suas necessidades. O acelerado crescimento populacional criou uma demanda sem precedentes, a qual o desenvolvimento tecnológico pretende satisfazer submetendo, para tanto, o meio ambiente a diversos tipos de agressões que são responsáveis por provocar o declínio da qualidade e da capacidade do meio ambiente para a sustentação da vida.

Segundo KRAEMER (2004), o efeito do aquecimento global, tão em pauta nos discursos ambientalistas modernos, tem como uma de suas raízes o impacto causado pelo uso de combustíveis fósseis. Tal queima tem produzido sobre o meio ambiente terrestre o aumento da concentração de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera que, por sua vez, ocasiona um aumento da temperatura global da Terra. Além disso, o uso de pesticidas – arraigado às ações humanas em suas práticas de agricultura – contamina a atmosfera, os solos e as vegetações de regiões agrícolas e interferem no metabolismo do cálcio das aves; a erosão do solo é responsável por degradar de 20 a 35% das terras de cultivo de todo o mundo.

Deve-se considerar ainda a perda das terras virgens, o emergente problema de proporção mundial relacionado ao abastecimento de água consequência do esgotamento e da contaminação dos aquíferos subterrâneos, ou seja, a queda na qualidade e disponibilidade da água e a destruição da camada de ozônio.



Publicado por [marcospaulofigueira](#) em Outubro 2, 2010



Blog do grupo : Kelvyn,Miguel,Sidney,Alisson,Carol e Ellen

Diante desses problemas no meio ambiente a tendência é levar a um futuro triste para toda a humanidade, e até mesmo a destruição da espécie animada e inanimada, trazendo daqui a alguns tempos, um mundo de animais humanos e não humanos com anomalias. Portanto é preciso que se preserve a natureza antes que o mundo se acabe.

Fica nítido, portanto, que uma enorme parte dos problemas vividos atualmente no mundo é definitivamente potencializada e em inúmeros casos, ocasionada em decorrência da intervenção irresponsável da figura humana no planeta e nos ecossistemas. Daí, a crescente importância de se compreender e por em prática todo o aprendizado relacionado com a Educação Ambiental Sustentável.

CONCLUSÃO

A natureza, para ser admirada, respeitada e preservada, o homem tem que reaprender a se relacionar para poder resgatar e enriquecer a qualidade de vida. O ser humano está separado do meio ambiente, criando crise ecológica e trazendo graves problemas ambientais para o futuro da vida na terra.

É claro que uma grande parte dos problemas acontecidos na atualidade no planeta é potencializada e em muitos casos são ocasionadas por consequências da intervenção humana. Diante das circunstâncias e dessas ações, muitas vezes irreversíveis, que os modos de produção, o consumismo e o meio de vida capitalista agem na natureza deixando evidente a necessidade de mudança no comportamento do homem em relação aos recursos naturais, tentando dar sentido a um modelo de envolvimento sustentável.

Apesar de estarmos preocupados com a ação do homem sobre o meio ambiente no século XXI, não foi bem esse seu ponto de partida. Já na década de 50 era motivo de estudo e preocupação internacional a degradação ambiental em relação estado de crescimento econômico. O teólogo luterano Albert Schweitzer que, em 1952, recebeu o prêmio Nobel da Paz pela ética ambiental e também pelos seus esforços em defesa da Irmandade das relações: Na conferência proferida era dia 20 de outubro de 1952 sobre o tema O problema da ética na evolução do pensamento, declarou: “Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensiná-lo a amar seu semelhante”. (KRAMER, 2004) .

Diante dessa preocupação, no mundo moderno já não é preciso devastar matas para a utilização de seus recursos no dia-a-dia das fábricas e dos lares. Não é necessário imitar os movimentos radicais a favor da natureza, é preciso somente usar a criatividade, o respeito ao próximo, o amor a natureza e o bom senso, para não ser preciso destruí-la com a utilização dos seus elementos na manufatura necessária para a vida

Quanto ao futuro do mundo, pode-se dizer que tudo depende do ser humano quanto a preservação do meio ambiente em que se vive. De acordo com o que foi visto, se continuar esta devastação, não se terá condições de adquirir um futuro feliz, pois sem dúvida estará cheio de doenças perigosas e transmissíveis. Pode-se dizer que num futuro não muito longe, existirá a necessidade de ar, de água, pois poderá acontecer de não estar disponível para os seres humanos e os não os humanos, como os animais menores. Do jeito que anda a humanidade, intensificando a poluição, devastando as matas, e maltratando os rios, não se pode esperar coisa boa para os que virão, pois o futuro de todos depende da preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIENTAL. Histórico da educação. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/16762144/Historico-da-educacao-ambiental> - Acesso em: 26, março, 2011, REVER

KRAEMER, M. E. P. **Não se pode conceber um ecossistema sem o homem.** 2004

KRUGUER, Eduardo L. **Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental.** In DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, Curitiba, n. 4, p. 38, 49 e 367, 2001.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, Suzimara. **Valorização Cultural para uma Proposta de Gestão Ambiental.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/277714/1/Valorizacao-Cultural-para-uma-Proposta-de-Gestao-Ambiental/pagina1.htm>. - Acesso em 26, março, 2011.

SOAREZ DE OLIVEIRA, A. M. – **Relações Homem/Natureza no Modo de Produção Capitalista.** Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (18), 2007.

SUSTENTABILIDADE. Educação para. Disponível em: <http://www.vale.com./vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=580>. Acesso em: 26, março, 2011.

UNESCO – (1997) **Organização das Nações Unidas para a educação, Consequências das catástrofes naturais ou causadas pelo ser humano.**